

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes
Vice-Reitor: Prof. Dr. Myriam Krasilchik

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof. Dr. Benjâmin Abdalla Junior
Suplente: Prof. Dr. Maria Helena Nery Garcez

Endereço para correspondência

COMRAS

HUMANITAS LIVRARIA - FELCH/USP
Rua do Lago, 717 - Cid. Universitária
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: (011) 818-4593 / 818-4589
Fax: (011) 211-6281
e-mail: pubfch@edu.usp.br
<http://www.usp.br/filch/filch.html>

Lineide do Lago Salvador Mosca (org.)

RETÓRICAS DE ONTEM E DE HOJE

Humanitas
PUBLICAÇÕES
FELCH/USP

1997



Copyright 1997 dos autores. Direitos de publicação da Universidade de São Paulo
novembro/1997

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
PREFÁCIO	11
Jean-Marie Klinkenberg	
VELHAS E NOVAS RETÓRICAS: CONVERGÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS	17
Lineide do Lago Salvador Mosca	
A RETÓRICA NA ÍNDIA ANTIGA	
PROCEDIMENTOS RETÓRICOS NA LITERATURA SÂNSCRITA CLÁSSICA	55
Carlos Alberto da Fonseca	
PROCEDIMENTOS RETÓRICOS NA PÉSIA SÂNSCRITA VÉDICA	85
Mário Ferreira	
A RETÓRICA NA GRÉCIA ANTIGA	99
Ísis Borges B. da Fonseca	
A RETÓRICA NA TRADIÇÃO LATINA	119
Artovaldo Peterlini	
FIGURAS DE RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO	145
Elisa Guimarães	
PRAGMÁTICA LINGÜÍSTICA: DELIMITAÇÃO E OBJETIVOS	161
Helena Hathsue Nagamine Brandão	
ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO	183
Maria Adélia Ferreira Mauro	

M 866

Mosca, Lineide do Lago Salvador

Retóricas de ontem e de hoje/Lineide do Lago Salvador Mosca, org. - São Paulo: Humanitas Editora / FFLCH/USP, 1997
199 p.

ISBN: 85-86087-17-3

1. Lingüística
 2. Comunicação
 3. Semiótica
 4. Retórica
 5. Argumentação
 6. Pragmática
 7. Opinião
 8. Eficácia
 9. Influência
 10. Ajuizamento
 11. Eloquência
- I. Título

CDD (19.ed.) 410
808

Ficha catalográfica elaborada por Margarida Maria de Souza - SBD/USP

- GENTILI, B. PASOLI, E. SIMONETTI, M. *Storia della Letteratura Latina*. Roma, Editori Laterza, 1977.
GIANOTTI, G. F. PENNACINI, A. *Società e Comunicazione Letteraria di Roma Antica*. Vol. 2. Torino, Loescher Editore, 1990.
LA PENNA, Antonio. *La cultura letteraria a Roma*. Roma, Editori Laterza, 1986.
SOPHOCLÉ. T. III - *Philocète*. Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1960.
TITO LIVIO. *Storia di Roma dalla sua fondazione*. vol. I. Milano, Rizzoli Libri, 1987.
TITULIV. *Opera Omnia*, vol. III. Parisii, Firminus Didot Typographus, 1822. (In loco libri XIII Luiani - Joannis Freinskemii Supplementorum Luianorum Liber Tertius)

FIGURAS DE RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO

ELISA GUIMARÃES*

O título da exposição a ser apresentada oferece, em primeiro plano, abertura para uma recapitulação do conceito de Retórica e a ele atrelado o de argumentação.

É na *Retórica* de Aristóteles que se assentam os primeiros dados cuja articulação passa a definir a Retórica como "a faculdade de descobrir especulativamente sobre todo dado o persuasivo".¹

Para os antigos, o objeto da retórica era, antes de tudo, a arte de falar em público de forma persuasiva; referia-se, pois, ao uso da língua falada, do discurso, diante de uma multidão reunida na praça pública, com o fim de obter sua adesão à tese apresentada. Assim, o objetivo da arte retórica — a adesão dos ouvintes — é o mesmo que o de qualquer processo argumentativo.

A argumentação já era, pois, objeto de estudo desde a antiguidade greco-romana. Posteriormente desacreditada, porque limitada à classificação de figuras de estilo, a retórica ressurgiu, no entanto, atrelada novamente à argumentação com o aparecimento da Pragmática, quando o discurso e, conseqüentemente a argumentação, passaram a ocupar um lugar de destaque nas pesquisas sobre a linguagem.

Assim, modernamente, a obra de C. Perelman, autor belga, diligencia reabilitar uma teoria da argumentação que reencontre a tradição aristotélica.²

(*) Professora Doutora da Área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP

(1) ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio, Ediouro, Cap. II, p. 33.

(2) PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS - TYTECÁ, L. *Tratado de la argumentación*. La Nueva Retórica. Trad. espanhola de Julia Sevilla Muñoz. Madrid, Ed. Gredos, 1973.

Vista por Perelman como o emprego de técnicas discursivas visando a provocar ou a incrementar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento, a argumentação caracteriza-se como um ato de persuasão.

O autor recolhe, assim, elementos que lhe permitem definir a linguagem não como um meio de comunicação apenas, mas também como um instrumento de ação sobre os espíritos, isto é, um meio de persuasão.

Parte o autor belga de uma formulação que conserva os elementos básicos da retórica tradicional: uma técnica discursiva que compreenda um estrato lingüístico e as circunstâncias que possibilitam defender uma tese para a qual se busca a adesão de um público.

Dai a posição por ele defendida de que não há discurso neutro, objetivo, imparcial. É isto que leva Perelman a afirmar que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de ação sobre os espíritos, isto é, uma estratégia sempre conducente ao ato de persuadir.

A essas ponderações liga-se ainda a tese defendida por Ducrot: a argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso lingüístico, mas, pelo contrário, está inscrita na própria língua. Ou seja: o uso da linguagem é inerentemente argumentativo.

Na argumentatividade, identificada com a idéia de uma argumentação intrínseca à Língua, repousa o postulado básico da *Semântica da Enuncição*.

Concebe-se a *semântica argumentativa* como uma das vertentes da pragmática enquanto estudo das relações entre os interlocutores numa situação de discurso. Desenvolvida a partir das propostas de Austin (1962) e Benveniste (1966), considera:

1) a noção de linguagem enquanto forma de ação dotada de intencionalidade;

2) a concepção de argumentação enquanto atividade subjacente a todo e qualquer uso da linguagem.

Forma de ação essencialmente dialógica, instrumento de interação social, a linguagem propõe-se a atuar sobre o comportamento do outro, levando os falantes a partilhar seus juízos.

Baseada na relação locutor-alocutário, que define a perspectiva dialógica, a *semântica argumentativa* abarca, pois, o jogo de relações intersubjetivas travado entre interlocutores no uso da linguagem.

Voltando às propostas de Ducrot: para o autor argumentar significa apresentar A em favor da conclusão C – apresentar A como devendo levar o destinatário a concluir C.

Se todos os enunciados apontam para determinadas conclusões, somos levados a aceitar a idéia de que não há um discurso neutro, ingênuo; há sempre, subjacente, uma ideologia.

Reconhece Ducrot, ao lado dos conteúdos informativos, a existência de outros conteúdos que se apresentam como relações entre conteúdos, como a relação “ser argumento para”, fazendo intervir operações argumentativas, cuja interpretação servirá de fundamento aos fatos discursivos.

O componente lingüístico, dessa forma, passa a incorporar o que Ducrot considera como componente retórico, introduzindo-se na pragmática, vinculada à descrição lingüística, numa retórica integrada, manifestada pela relação entre enunciados – a relação formal, como dissemos, “ser argumento para”.

Sintetiza-se, assim, a idéia ou a teoria fundamental de Ducrot: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência

das informações por ele trazidas, mas a frase pode comportar diversas expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, para conduzir o destinatário em tal ou qual direção.⁴

Assim, é importante observar a natureza gramatical dos chamados operadores argumentativos – como já que, mas, até mesmo – o que põe em evidência um valor retórico ou argumentativo da própria gramática.

Se, inscritas na própria Língua, existem relações retóricas e argumentativas, torna-se compreensível o postulado “a argumentação está na Língua” e a asserção segundo a qual “o ato de argumentar é o ato linguístico fundamental”.⁵ Como tal, é responsável pela estruturação de todo e qualquer discurso; portanto, subjacente a todos os elementos da textualidade.⁶

Vemos, pois, a importância da Retórica ressurgir, não mais como uma simples classificação de figuras de estilo, mas vista como um processo argumentativo que, em graus variados, está subjacente a todos os discursos.

Temos, portanto, hoje, argumentação e retórica como termos quase sinônimos postulando-se a presença de ambas, em grau maior ou menor, em todo e qualquer tipo de discurso.

Desse fato, pode-se concluir que a utilização argumentativa da Língua não lhe é sobreposta; antes, está inscrita na própria Língua, é prevista em sua organização interna.

É possível inferir-se ainda dessas reflexões o fato de não haver propriamente distinção entre as noções de linguístico e de retórico.

(4) DUCROT, O. *op. cit.*

(5) DUCROT, O. *op. cit.*

(6) Entenda-se por textualidade o conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser um texto, ou seja, conectividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade (ver BEAUGRANDE, R. de. *Text: Discourse and Process*, 80, p. 19-20)

O que há são níveis distintos de significação.

Existem os mecanismos-retóricos presentes ao nível linguístico fundamental, inscritos na própria significação dos enunciados; existem os mecanismos retóricos que se manifestam em outros níveis que não são propriamente linguísticos, mas que constituem manobra discursiva, tal como a ironia, a sátira, a insinuação.

Enquanto a Gramática põe em relevo a técnica interna do sistema linguístico, forçando as formas a entrar nos quadros dos paradigmas, a Retórica cataloga as várias possibilidades de pôr em movimento aquela funcionalidade para obter uma expressão tão eficaz quanto possível; enquanto a Gramática considera o sistema na sua funcionalidade objetiva, isto é, nos seus valores morfológicos, lexicais e sintáticos, a Retórica considera a face subjetiva do ato linguístico, que é a feição da liberdade no âmbito daquele sistema.⁷

Essa feição de liberdade de que se impregna a Retórica concretiza-se no fato de as palavras – matéria e instrumento da argumentação – não encerrarem, contudo, uma significação estrita, univocamente definida. Comportam, tomadas em si mesmas ou integradas no contexto de um discurso, uma plasticidade, uma pluralidade de significação capazes de comunicar intenções diferentes e algumas vezes opostas. Ligadas, pois, à sua significação, podem pesar as cargas afetivas – o que explica um certo constrangimento imposto ao homem na tarefa de argumentar.

Não é, por conseguinte, o fato das divergências de pontos de vista a única razão dos tropeços ligados ao processo argumentativo.

Assim, sincronizadas as noções de retórica e de argumentação que, conforme demonstraram as considerações apresentadas até aqui, estão intrinsecamente ligadas, voltemos à fonte aristotélica que, ao longo do tempo, vem inspirando, entre inúmeras outras, essa questão.

(7) PAGLIANO, Antonino. *A vida do sinal: ensaios sobre a língua e outros símbolos*. Trad. e pref. de Anibal Pinto de Castro. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1967.

Recapitulemos, pois, as conhecidas operações essenciais da arte retórica, ou seja,

Inventio – *invenire quid dicas* –: atividade que consiste na busca daquilo que se quer dizer.

Dispositio – *inventa disponere* –: operação que coloca em ordem a matéria a ser apresentada.

Elocutio – *ornare verbis* –: exercício de burlamento da forma de dizer.

Actio – *agere et pronuntiare* –: representação do discurso por meio de gestos e imposição da dicção.

Memoria – *memoriae mandare* –: recurso à memória para domínio dos conteúdos mentais.

Enquadradas na **elocutio**, as figuras de retórica desempenham papel de relevância no processo argumentativo – atividade estruturante do discurso.

Dá-se, pois, mais amplitude à expressão *figuras de retórica* e à importância do seu papel como **fator de persuasão**.

Esquecida essa função argumentativa das figuras, seu estudo redundaria, por certo, num entretimento vão, ou na simples busca de nomes estranhos para giros rebuscados. Exercem, sim, as figuras uma função válida e construtiva, como instrumento não apenas estético mas principalmente discursivo.

Considera-se a figura uma forma especial de falar.

Desde a Antiguidade, reconheceu-se a existência de certos modos de expressão que fogem ao comum e cujo estudo se incluiu nos tratados de retórica: daí o nome *figuras de retórica*.

Faz parte da essência das chamadas *figuras de retórica* uma estrutura discernível, independente do conteúdo, isto é, uma forma e um emprego que se distancia da forma normal de expressar-se e que, por conseguinte, atrai a atenção do leitor ou do ouvinte.

Desde muito cedo, o termo *figura* vem sendo marcado por dois aspectos:

- 1) o efeito de concretude que provoca no leitor ou ouvinte;
- 2) o distanciamento em relação a outra forma de linguagem, considerada própria e estritamente dentro dos padrões gramaticais.

As figuras de retórica ilustram o tipo de linguagem que não se afirma em oposição à linguagem comum, mas identifica-se como uma sobreposição de linguagens.

Nesse processo, o plano da expressão e o plano do conteúdo não são anulados, mas trespassados pelo acréscimo de significados.

O pressuposto de que há duas maneiras básicas e equivalentes de dizer as coisas – uma própria e outra figurada – levou a análise retórica a uma visão paradigmática do sentido figurado, pois este resultaria da substituição de dois significantes entre si, no caso das figuras. O problema das opções expressivas era ponto importante para a retórica e dizia respeito a um princípio mais geral compreendido no conceito *aptum* ou, na forma grega, *prepon*, isto é, a virtude de harmonizar as partes de um todo, conferindo-lhes unidade. Por esse princípio, as várias formas de linguagem deviam estar de acordo com as diferentes situações em que são empregadas: pessoa, lugar, gênero literário, etc. Daí a necessidade de se ter à disposição um léxico amplo e diferenciado para atender aos múltiplos contextos.

Amparados pela longa experiência retórica, sabiam os antigos que o uso do léxico era determinado pela prática social política e literária.

O fator *semântico* acaba, então, por incorporar os princípios ordenadores daquelas práticas:

- éticos, com base em um quadro de valores explícitos ou implícitos;
- argumentativos, que determinavam a seleção das formas expressivas por seu poder de persuasão;
- estético-literários, conforme os padrões artísticos vigentes.

À luz da seleção das formas expressivas segundo seu poder de persuasão, Aristóteles⁸ descreve a figura como processo produtor de surpresa, em que a expectativa do receptor é lograda. A produção de duplo sentido não é descartada pela retórica antiga.

O artifício, enquanto tal, deve passar despercebido, não seu efeito sobre o leitor ou ouvinte. Daí todo o jogo de ocultamento e sugestões que se ia buscar nas figuras para, em tríplice estratégia, prender o interlocutor: por uma emoção suscitada – *movere*; por um conhecimento transmitido – *docere*; por um prazer oferecido – *delectare*.

Trata-se de posições que não contrariam a meta alvejada pelo emprego das figuras de retórica, ou seja, a produção de efeito persuasivo.

Embasados nas considerações até aqui levadas a efeito, passamos a um estudo da significação argumentativa das figuras de retórica, sem

(8) ARISTÓTELES, *op. cit.*

a intenção, no entanto, de um exame exaustivo de todas as figuras tradicionais.

É de Perelman a pertinente classificação das figuras de retórica em:

- 1) figuras de caracterização;
- 2) figuras de presença;
- 3) figuras de comunhão⁹

Esses termos – esclarece o autor – “não designam gêneros dos quais certas figuras tradicionais seriam as espécies. Significam apenas que o efeito ou um dos efeitos de certas figuras é, dentro da apresentação dos dados, o de *impor ou sugerir uma característica, o de aumentar a presença ou de realizar a comunhão com o audível*”.¹⁰

Veja-se o exemplo seguinte:

O que é um exército? É um corpo animado de uma infinidade de paixões diferentes que um homem hábil faz mover para a defesa da pátria; é uma tropa de homens armados que seguem cegamente as ordens de um chefe cujas intenções desconhecem; é uma multidão de espíritos em sua maioria abjetos e mercenários, os quais, sem pensar em sua própria reputação, trabalham pela dos reis e conquistadores; é um conjunto confuso de libertinos.¹¹

(9) PERELMAN, Ch. *op. cit.*, p. 274, e seq. § 42.

(10) PERELMAN, Ch. *Idem, ibidem*.

(11) BARON A. *De la Rhétorique ou de la composition oratoire et littéraire*, 4ª ed., Bruxelles - Liège, Librairie Polytechniques de Decq, 1979, p. 61 - Apud PERELMAN, Ch. *op. cit.*, p. 276.

O texto revela não a simples intenção de definir a palavra *exército*, mas, antes, seu conteúdo encerra elementos argumentativos capazes de desembocar numa conclusão que torna indiscutível a idéia de que comandar um exército significa grande dificuldade.

As figuras chamadas de *presença* despertam o sentimento da *presença do objeto do discurso* na mente tanto de quem o profere quanto daquele que o lê ou ouve.

Entre as figuras que intensificam o sentimento de presença do objeto do discurso, vinculam-se as mais simples à *repetição*.

Fato exemplário do uso da repetição encontramos em *Os Sermões* do P^o Antônio Vieira.

A restrição vocabular, sob a forma de repetição, é habilmente trabalhada pelo autor que consegue transformá-la num recurso não só altamente estilístico como também argumentativo.

Parece que, seguro do efeito poético que se pode extrair da *repetição destramente manejada*, Vieira dela se utiliza com prodigalidade, tornando-a uma das marcas de seu discurso, obtendo com ela fórmulas de grande musicalidade evocativa, ao lado de reiterações de inconfundível peso argumentativo.

Córrrem, assim, freqüentes e ricamente diversificados os exemplos de uso da repetição na obra do autor barroco, como se podem observar nas seguintes passagens:

*O primeiro remédio é o tempo. Tudo cura o tempo, tudo faz esquecer, tudo, gasta, tudo digere, tudo acaba.*¹²

Ainda no mesmo *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma*:

Tudo acaba a morte, tudo se acaba com a morte, até a mesma morte.

Na figura denominada *climax* – variante da *anadiplose* – a repetição efetua-se em função de um encadeamento gradual das idéias.

É ainda em Vieira que colhemos o exemplo:

*Na cidade nasce o luxo, do luxo nasce a avareza, da avareza rompe a audácia, a audácia gera todos os crimes e maldades.*¹³

Observe-se a passagem:

*Que faz o lavrador na terra, cortando-a com o arado, cavando, regando, mondando, semeando? Busca pão. Que faz o soldado na campanha, carregado de ferro, vigiando, pelejando, derramando o sangue? Busca pão. Que faz o navegante no mar, içando, amarrando, lutando com as ondas e com o vento? Busca pão.*¹⁴

No texto, a ordenação dos gerúndios em ritmo silábico ascendente, a simlicadência dos verbos que têm, além disso, o mesmo número de sílabas, reforça extraordinariamente a expressividade do padrão rítmico enumerativo. O processo reiterativo em *Busca pão* funciona como núcleo e tema central da repetição.

A expressão repetida acentua o caráter estrófico do esquema rítmico – expressional da frase; chama para ele a atenção do leitor em quem desperta a sensação da *presença do objeto do discurso*, também pela força da *homofonia*. A repetição homofônica pres-

12) VIEIRA, P. Antônio. "Sermão da Quinta Domingo da Quaresma". In: *Os Sermões*.

Seleção com ensaio crítico de Jamil Almansur Haddad, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, p. 265.

13) VIEIRA, P. Antônio. Op. cit. p. 267

14) VIEIRA, P. Antônio. Op. cit. p. 269

ta-se à utilização do processo com vistas à chamada *harmonia imitativa*.

Efetivando-se em níveis diversos e sob variadas formas – tais como a *anfora*, o *polissíndeto*, a *sinonímia*, a *acumulação*, a *amplificação*, a repetição abarca todo um jogo linguístico e retórico que a consagra como fator de ajustamento, de precisão do sentido.

Lembra ainda o autor Perelman¹⁵ que as figuras de repetição levam a um efeito argumentativo mais complexo do que o de ressaltar a presença do objeto do discurso. Assim, pelo processo da reiteração, essas figuras podem sugerir, principalmente, *distinções*, o que ocorre, por exemplo, em expressões do tipo: “Uma criança é uma criança”, tomando-se aqui o mesmo termo para significar a pessoa e o comportamento, ou a coisa e suas propriedades. Ou ainda a expressão “Um pai é sempre um pai” – o segundo termo funcionando como um substantivo adjetivado e ilustrando o conceito de *stipese oratória*, ou seja, um processo que exhibe um dos termos em sentido próprio e outro em sentido figurado.

Os efeitos argumentativos visados pelo discurso não se destinam apenas a despertar a sensação de presença do objeto. Têm também em mira oferecer um conjunto de caracteres referentes à comunhão com o auditório.

Uma das idéias sobre as quais insiste Perelman é a de que, efetivamente, em função de um auditório é que se desenvolve qualquer argumentação.

É do autor a proposta de classificação desse tipo de figura – exemplificado nas formas, entre outras, de *alusão*, *citação*, *apóstrofe* e *enálage*.

Pela *alusão*, cria-se ou confirma-se a comunhão com o auditório por força de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comuns entre o emissor do discurso e o ouvinte ou leitor.

(15) PERELMAN, Ch. op. cit. p. 268 e seq.

A esses dados de cultura se acrescenta geralmente, ao lado da carga argumentativa, o dado de uma afetividade particular.

Instrumento intertextual capaz de desempenhar várias funções, segundo sua colocação na linearidade do texto, a *citação* visa a corroborar o que se diz com o peso de uma autoridade. Constitui, portanto, uma manifestação deliberada, por parte de quem cita, de uma relação de dependência para com o texto citado.

Texto-enxerto, a citação enraíza-se no seu novo meio, articulando-o com outros contextos – e, assim, efetivando o trabalho de *assimilação* que, ao lado da tarefa de *transformação*, propõe-se como essência da intertextualidade.

A utilização da citação é um caso típico de *argumentação* através do *raciocínio por autoridade*. Ou seja, o emissor do discurso, ao apoiar seus argumentos na fala e nos argumentos de alguém de reconhecida autoridade, obtém maior força argumentativa em suas afirmações.

Pelo recurso da *apóstrofe*, o emissor do discurso não pretende informar-se nem tampouco assegurar-se uma aprovação.

Antes, converte sua intervenção numa espécie de interpelação, num pedido de atenção por parte do receptor sobre a situação em que se encontra, como se pode observar no exemplo que segue:

*Homem atrevido (diz São Paulo), homem temerário, quem és tu para que te ponhas a aliarcar com Deús?*¹⁶

A substituição de um pronome pessoal por outro – tal como ocorre na figura denominada *enálage* – resulta, simultaneamente, numa figura de presença e numa figura de comunhão. Assim, o substituir eu ou ele por tu faz com que o receptor se sinta participante da mensagem do discurso. O mesmo ocorre com a substituição de eu ou tu por nós, como no exemplo:

(16) VIEIRA, P. António. “Sermão para as armas de Portugal”. Op. cit., p. 404

Será bem que nos demos nós as batalhas, para que nossos inimigos
logrem as vitórias? 17

Saliente-se ainda, entre as figuras de comunhão, o uso retórico
da pressuposição.

Trata-se de processo que consiste em apresentar como já sendo
do conhecimento público ou como fazendo parte do saber partilha-
do entre o locutor e o receptor a mensagem que se quer transmitir.
Exemplo de pressuposição temos na seguinte passagem, ainda de
Vieira:

Ora, senhores, já que somos cristãos, já que sabemos que havemos de
morrer, e que somos imortais, saibamos usar da morte, e da imortal-
dade. 18

Em síntese: na sua função cumulativa de figura argumentativa e
de figura de estilo, as chamadas figuras de comunhão tendem a obter
do auditório uma participação ativa na exposição.

O mesmo se pode dizer dos *slogans* retomados em coro, que im-
pressionam quem escuta e quem participa.

Do exposto decorrem as seguintes conclusões:

- 1) a progressão do discurso efetiva-se nas articulações da argu-
mentação;
- 2) por conseguinte, considera-se a argumentação um importan-
te elemento coesivo do discurso;

(17) ~~Vieira, P. António~~ António, "Sermão do Santíssimo Sacramento". Op. cit., p. 302
(18) VIEIRA, P. António. "Sermão da Quarta-feira de Cinza". Op. cit., p. 217.

- 3) argumentação e retórica associam-se no processo de conven-
cimento e de persuasão;
- 4) pode-se relacionar os efeitos do papel das figuras de retórica
com os fatores gerais de persuasão;
- 5) a análise das figuras está, portanto, subordinada a uma análise
prévia da argumentação.

Referências Bibliográficas

- ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT O. "L'argumentation dans la Langue". In: *Langages*
42, Paris, Didier Larousse, 1976.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de António Pinto de Carvalho.
Rio, Edouro, s/d.
- BEAUGRANDE, R. de Text, *discourse and process: a multidisciplinary science of texts*.
London, Longman, 1980.
- BELLENGER, L. *A persuasão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- DUBOIS, J. et alii. *Retórica Geral*. Trad. de Carlos Felipe Moisés et alii. São Paulo,
Ed. Cultrix/Edusp, 1974.
- DUCCROT, O. *Provar e dizer*. Trad. bras. Global Universitária, São Paulo, 1981
[1973].
- Argumentation et "topoi" argumentatifs*. Mineo grafado.
- DUMARSAIS, C. C. *Traité des Tropes*. Paris, Le Nouveau Commerce, 1977.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez Ed., 1984.
- _____. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo, Ed. Contexto, 1992.
- MORIER, Henri. *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Paris, PUF, 1975.
- PAGLIANO, Antonino. *A vida do sinal: ensaios sobre a língua e outros símbolos*. Trad.
e pref. de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1967.
- PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS - TYTECA, L. *Tratado de la Argumentación. La*
Nueva Retórica. Traducción Española de Julia Sevilla Muñoz. Madrid, Editorial
Gredos, Biblioteca Románica Hispánica, 1989.

VIEIRA, P. Antônio. *Os Sermões. Seleção com ensaio crítico de Jamil Almansur Haddad*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d.
VOGT, C. A. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas, Ed. Hucitec, FUNCCAMP 1980.

PRAGMÁTICA LINGÜÍSTICA: DELIMITAÇÕES E OBJETIVOS

HELENA HATHSUE NAGAMINE BRANDÃO*

Começemos com uma série de interrogações: quando um fato de linguagem constitui um fato pragmático? Qual o escopo de uma disciplina científica que se denomina Pragmática? Aliás, a Pragmática é uma disciplina autônoma ou é parte de uma ciência lingüística?

Devido à ambigüidade do termo, cujo sentido na linguagem corrente está geralmente relacionado a fatos concretos, adaptados à realidade ou a atos e efeitos reais, sob o rótulo geral de pragmática tem sido desenvolvidos estudos sobre as mais diferentes questões, nas mais diferentes áreas do conhecimento.

No campo dos estudos da linguagem, a Pragmática, que tem sido definida ora como o estudo da linguagem em uso, ora como o estudo da linguagem em contexto, ora como o estudo da relação do usuário da linguagem com a linguagem, diz respeito, sobretudo, à dimensão discursiva da linguagem.

Blanchet (1995, p. 9), por ex., apresenta as seguintes definições de Pragmática, todas elas colocando essa dimensão:

- *um conjunto de pesquisas lógico-lingüísticas (...) o estudo do uso da linguagem, que trata da adaptação das expressões simbólicas aos contextos referencial, situacional, acional e interpessoal (Encyclopedia Universalis);*
- *o estudo da utilização da linguagem no discurso, e marcas específicas que na língua atestam sua vocação discursiva (A. M. Diller e F. Récanati);*

*) Professora Doutora da Área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

- o estudo da linguagem como fenômeno ao mesmo tempo discursivo, comunicativo e social (F. Jaques);
- A Pragmática é esta sub-disciplina linguística que se ocupa mais particularmente do emprego da linguagem na comunicação (L. Sfez).

Pragmática e Retórica

Já se disse que a Pragmática é a Retórica dos antigos. Os antigos retóricos já refletiam sobre as relações existentes entre a linguagem, a lógica (sobretudo argumentativa) e os efeitos do discurso sobre o auditório. Para Aristóteles havia o discurso dialético e o discurso retórico. O primeiro se destinava ao "homem abstrato, reduzido ao estado de sujeito que partilha o código linguístico do interlocutor" e o segundo tinha como alvo o homem real, dotado da faculdade de julgamento, de paixões e de hábitos culturais.

Se em Platão a Retórica implicava uma reflexão ética de alcance universal, em Aristóteles ela era um instrumento prático de manipulação pelo discurso. Nesse sentido, uma das tarefas essenciais da Retórica era justamente inventariar os *topoi*, isto é, os pontos de vista pelos quais um assunto pode ser tratado. Este inventário permitiria ao locutor antecipar os movimentos do alocutário (objeções, dúvidas, resistências) e convencê-lo pelo seu discurso sem se contradizer.

Portanto, desde os antigos já se notava, através da Retórica — o estudo da força persuasiva do discurso, preocupação com questões relativas à eficácia do discurso e aos contextos em que era produzido. Esta preocupação esteve sempre, embora implicitamente, presente na história da reflexão europeia sobre a linguagem que, pode-se dizer, está fundada na dissociação entre o lógico e o retórico (Maingueneau, 1990):

- o lógico, centrado na problemática da linguagem enquanto representação, se coloca a questão das condições do enunciado verdadeiro através da análise da proposição;
- o retórico, apanágio dos sofistas e dos retores, deixa de lado a questão da verdade para apreender a linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real, como ação, atividade.

Ao longo da história, entretanto, essas duas perspectivas, não caminharão de forma estanque, mas uma interferindo na outra; isto é, para ser mais preciso, os estudos privilegiaram o lógico, mas muitas vezes acabaram por terem que apontar aspectos pragmáticos que emergiam aqui e ali. Havia uma percepção dos elementos pragmáticos, mas estes eram tidos como secundários, pois o núcleo da preocupação estava centrado no conteúdo proposicional de enunciado e suas condições de verdade.

A própria gramática, ao longo da sua história, não deixou de levar em consideração um grande número de fenômenos hoje atribuídos ao campo da Pragmática. O estudo do modo, do tempo, das formas do discurso relatado, por exemplo, só podiam ser feitos, levando-se em conta a atividade enunciativa. Mas a preocupação essencialmente morfosintática da tradição gramatical jogava para a periferia o caráter pragmático desses fenômenos. Um elemento como "felicemente" em "Felizmente você chegou" era tratado apenas como um "advérbio de frase" e não enquanto elemento portador de um valor interacional entre interlocutores.

O objeto da Pragmática

A Pragmática tem por objetivo não o estudo da estrutura gramatical em si, como elemento auto-suficiente, ou melhor, como sistema.

Ela visa, ao contrário, à utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um alocutário em um contexto determinado. Ela está preocupada com a linguagem enquanto ação, atividade humana e as relações de interlocução aí estabelecidas.

Como um campo de estudos que visa a apreender a língua enquanto fato, acontecimento, realização concreta, a Pragmática desliza para o lado de uma lingüística da fala.

A propósito, seria interessante trazer a contribuição de Eluerd (1985). Elegendo como critério classificatório o fato de se considerar ou não as situações ordinárias da comunicação, esse autor distingue três tipos de análises lingüísticas:

1) aquelas que repousam na distinção saussuriana entre língua (código interiorizado) e fala (utilização desse código em cada ato particular de comunicação). A lingüística propriamente dita tem por objeto a língua que é social e independente do indivíduo, enfocando-a na sua relação com o elemento psíquico; a fala, considerada secundária, diz respeito à parte individual da linguagem, incluindo-se aí a fonação, tratando-se de um estudo psicofísico. Para fundar uma lingüística científica, elegem como objeto a língua e excluem a fala; ao excluírem a fala, procedem a três tipos de exclusão:

- a exclusão dos sujeitos falantes ordinários, que têm lugar apenas na fala;
- a exclusão do contexto ordinário mundano, que intervém no momento da fala;
- a exclusão dos usos ordinários da linguagem, a qual engloba e completa as duas precedentes (p. 9);

2) aquelas que, opondo-se às anteriores, recusam "o postulado do dispositivo língua/fala e se interrogam sobre a emergência do plano da língua na e pela comunicação mesma". Procuram abordar a lingua-

gem nos seus usos ordinários, vendo o binômio língua/fala como uma relação dialética e não excludente. Paralelamente, assim procedendo, nessas análises ditas pragmáticas, constituem elementos essenciais: o papel dos falantes, do contexto e dos usos ordinários da linguagem.

3) O autor aponta ainda um terceiro tipo de análises lingüísticas: aquelas que "se situam na fronteira mal definida em que a língua se torna fala e perscrutam os procedimentos desta passagem para a enunciação, com a ajuda de traços que ela deixa no enunciado". São as análises lingüísticas ditas do *discurso* e da *enunciação*.

A delimitação da Pragmática

A delimitação da Pragmática como um domínio específico do estudo da linguagem é atribuída não a um lingüista, mas a um filósofo e semiotista americano, Charles Morris, discípulo de Peirce.

Morris começa sua obra (*Fundamentos da teoria dos signos*, 1938), afirmando que o homem destaca-se entre os animais que fazem uso de signos por possuir um sistema de sinais complexo e elaborado. Apesar dos muitos estudos, para Morris faltava um estudo unificador dos sinais que abrangesse todos os resultados obtidos dos diferentes pontos de vista em que os sinais foram enfocados. Ele se propõe, então, à tarefa unificadora de esboçar uma teoria dos signos. Utiliza o termo *semiose* para designar qualquer processo em que algo funciona como sinal para alguém, isto é, em que algo significa alguma coisa para alguém.

A Semiótica seria o estudo das propriedades essenciais e dos tipos fundamentais de *semiosis*. Em qualquer semiose, há três elementos envolvidos: o próprio sinal, aquilo que ele designa e a pessoa para quem ele funciona como sinal. A relação semiótica básica é, portanto, uma

relação triádica entre um *signo* (ou *signo*), uma *designação* e um *intérprete*. Uma teoria semiótica completa deve dar conta dessa relação triádica em toda sua generalidade e variações possíveis.

Uma teoria linguística, como um ramo especial dessa teoria semiótica mais abrangente, deve descrever e explicar as propriedades da relação triádica que envolve: os sinais linguísticos, suas designações e seus intérpretes,

Explicitando uma idéia que já havia sido sugerida por Peirce, metodologicamente, Morris propõe subdividir o estudo da relação triádica básica em três sub-disciplinas:

- Sintaxe – que apreenderia a dimensão sintática da semiótica, estudando a relação formal dos signos entre si (*relação signo/signo*);
- Semântica – que apreenderia a dimensão semântica da semiótica, estudando a relação dos signos com os objetos que eles designam (*relação signo/mundo ou objeto referido*);
- Pragmática – que apreenderia a dimensão pragmática da semiótica, estudando a relação dos signos com os intérpretes ou usuários (*relação signo/usuário*).

Essas três sub-disciplinas tratam de aspectos distintos dos mesmos fatos semióticos. Mas, o pensamento de Morris não se apresenta unívoco, cada disciplina constituindo um domínio estanque em relação ao outro. Na verdade, Morris parece hesitar entre a idéia de que o componente pragmático atravessa o componente semântico (tendo, nesse caso, os signos, ao mesmo tempo, uma dimensão pragmática e uma dimensão semântica) e a idéia de que o componente pragmático se ocupa somente de um conjunto de fenômenos residuais de ordem psico-sociológica deixados de lado pela sintaxe e pela semântica.

Aliás, essa questão: como o componente pragmático faz parte da estrutura linguística explica a existência de duas posições dentro da Pragmática linguística. De um lado, têm-se os *minimalistas* para quem a pragmática seria um componente entre outros da linguística, figurando ao lado da sintaxe e da semântica. De outro lado, os *maximalistas*, aqueles que consideram o componente pragmático como permeando todo o conjunto do espaço linguístico; para estes não existe nenhum fenômeno linguístico que lhe possa escapar. O componente pragmático não é algo que se acrescenta do exterior a um enunciado, a uma estrutura gramatical uma vez que a linguagem se constitui de enunciações singulares, únicas que produzem um certo efeito no interior de um certo contexto verbal ou não verbal.

Essa divergência que domina o campo da pragmática e impossibilita aos estudiosos traçar-lhe um espaço mais delimitado é agravada ainda pelo fato de a Pragmática não se restringir aos estudos linguísticos: filósofos, sociólogos, historiadores, psicólogos que trabalham com a questão do sentido e da comunicação são todos atingidos por preocupações pragmáticas. Vê-se, assim, a Pragmática ultrapassar os limites do discurso para tornar-se uma teoria geral da ação humana.

Sentido semântico e sentido pragmático

Entre aqueles que distinguem a Semântica da Pragmática, estão os que diferenciam uma semântica representacional de uma semântica pragmática. A primeira estuda as condições de verdade de uma frase, isto é, busca apreender seu sentido a partir da noção de verdade. Assim, conhecer o sentido de uma frase é conhecer as condições que devem ser preenchidas para que seja verdadeira. Uma frase como "A terra é redonda" só é verdadeira se o conteúdo aí representado coincide com a realidade.

A Pragmática, por tratar do uso que os sujeitos falantes fazem da linguagem, através de marcas linguísticas específicas, vai se ocupar também do sentido, uma vez que o sentido de certas formas linguísticas remete à sua utilização, isto é, descreve o próprio ato de sua enunciação: por ex., os dêicticos de pessoa, tempo, lugar; a ordem das palavras; o tempo e o modo verbal etc. Assim, a enunciação, como diz Récanati (1979, p. 7) é também portadora de sentido: "o sentido não está só no que é dito, mas também no próprio ato de dizer algo num determinado contexto".

Para ele ainda, "um enunciado não só representa um certo estado de coisas, mas também exprime os pensamentos e os sentimentos do locutor, e ele suscita ou evoca no ouvinte sentimentos. Esta parte do sentido de um enunciado que tem relação com os interlocutores — o que o enunciado exprime ou o que ele evoca pode ser chamada seu *sentido pragmático* em oposição ao seu conteúdo representativo ou *sentido semântico*" (p. 7).

Esse autor coloca o paralelo que os adeptos de uma semântica clássica, representacional têm estabelecido para distinguir um sentido semântico de um sentido pragmático. Para eles, o sentido semântico é o sentido verdadeiro, autêntico, essencial, pois sendo descritivo, designativo representa um estado de coisas e atende às condições de verdade. O sentido pragmático, ao contrário, sendo subjetivo, emotivo, variável de acordo com o contexto, é inessencial; é considerado secundário, apenas um elemento que matiza a frase, uma vez que não exerce função nenhuma na determinação da verdade ou falsidade das frases.

Se o objeto da Semântica é a frase-tipo, isto é, a frase fora do contexto, abstraída do uso, enquanto entidade abstrata com validade universal, o objeto da Pragmática é a frase-ocorrência, ou melhor, o enunciado inscrito no acontecimento singular que é cada ato de enunciação, portanto, entidade concreta e fluida.

Na Semântica, o signo é símbolo, isto é, é associado ao que ele significa ou representa por convenção; portanto, a significação da frase é convencional. Na Pragmática o signo é índice, isto é, é associado existencialmente ao objeto que ele representa, tratando-se de uma associação de fato, circunstancial e não por convenção; portanto, o sentido é indexical.

A Semântica (juntamente com a Sintaxe) estuda a linguagem enquanto constituída por um sistema de regras ou convenções; daí, a sua proximidade com a lógica e sua inclusão no chamado "núcleo duro" da linguística. A Pragmática, por sua vez, estuda a linguagem de um ponto de vista por assim dizer exterior: ela não se centra no estudo da linguagem em si, mas, sobretudo, no uso que se faz dela. Por estudar o comportamento empírico dos sujeitos falantes, ela dá margem a abordagens psicológicas, sociológicas ou etnometodológicas.

As diferentes Pragmáticas

Centrada na relação signo-usuário, o papel dos sujeitos falantes é crucial para a Pragmática. Analisando historicamente o percurso da Pragmática sob o foco desse papel, Guimarães (1983) vê duas direções que determinaram o surgimento das diversas pragmáticas conforme o usuário seja levado em conta:

- apenas como elemento secundário para determinar a relação da linguagem com o mundo, dando-se ainda relevo à questão da referência ou
- enquanto elemento cada vez mais proeminente na sua relação com a linguagem.

1. Numa primeira fase, o usuário é considerado apenas para atestar a relação da linguagem com o mundo. Isto é, esta Pragmática está ainda subordinada ao problema da referência, compromissada ainda com a questão do valor de verdade das proposições, do valor da linguagem enquanto representação de mundo. Está, portanto, ainda presa à semântica representacional. Fazem parte dessa tendência:

- a) a pragmática de Morris: o usuário é considerado como intérprete do signo e não na sua relação com outro usuário, numa instância interlocutiva. Isto é, não há preocupação com a relação usuário-usuário, mas com a relação usuário-mundo;
- b) a pragmática indicial de Bar-Hillel (1954) que se preocupa, fundamentalmente, em determinar como o contexto é necessário ou contribui para a especificação do valor de verdade das sentenças que são chamadas de sentenças indiciais. Em sentenças como “Este carro é amarelo”, saber o lugar em que se disse essa frase é importante para se determinar se a propriedade “amarelo” é verdadeira ou falsa; igualmente, em “Eu viajo hoje” saber quem disse a sentença e quando o disse são fatores determinantes para se decidir sobre o valor de verdade da proposição.

2. Numa fase posterior da Pragmática, o usuário passa a ser considerado na sua relação com a linguagem, incorporando-se, gradativamente, a relação locutor-alocutário. Tem-se, então, a Pragmática da Interlocução que se desenvolve em três direções:

2.1 A pragmática conversacional de Grice: no seu texto “Lógica e Conversação” (1975) afirma que quando um locutor fala, ele fala com uma intenção e procura fazer com que seu ouvinte reconheça na sua fala esta intenção. É importante ressaltar, nesta colocação de Grice,

dois elementos: a intenção do locutor quando fala e o reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte. Para esse reconhecimento, há princípios gerais que regulam a maneira pela qual, numa relação de conversação, o ouvinte pode reconhecer, por um raciocínio seu, a intenção do locutor e assim depreender o significado do que ele diz. Estabelece, dessa forma, um princípio geral e amplo que rege toda situação de conversação, o Princípio de Cooperação, formulado da seguinte maneira: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado”.

Emprestando a Kant suas categorias, distingue ainda, subjacentes ao Princípio da Cooperação, categorias que se expressam pelas seguintes máximas:

– Categoria da Quantidade – relacionada com a quantidade de informação:

- 1a. máxima: “Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)”;
- 2a. máxima: “Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.

– Categoria da Qualidade – apresenta uma supermáxima: “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira” que se desdobra em duas máximas mais específicas:

- 1a. máxima: “Não diga o que você acredita ser falso”;
- 2a. máxima: “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”.

– Categoria da Relação – máxima: “Seja relevante”.

– Categoria do Modo – relacionado não ao que é dito (como nas categorias anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito. Supermáxima: “Seja claro” que se desdobra em várias máximas:

1. “Evite obscuridade de expressão”;
2. “Evite ambigüidades”;
3. “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)”;
4. “Seja ordenado” etc.

O sentido é depreendido pelo ouvinte através de inferências, levando em conta a situação em que se disse e as máximas conversacionais. Um enunciado do tipo “A lâmpada queimou” pode não ter o valor enunciativo de uma afirmação, mas o de um pedido ou ordem: “Troque a lâmpada”. É importante aqui a distinção que se faz entre implicatura convencional e implicatura conversacional; a primeira se depreende por marcas, pistas linguísticas inscritas no enunciado e a segunda, levando-se em conta fatores “extra-lingüísticos” tais como o contexto, papel dos interlocutores, conhecimentos partilhados entre eles, a intencionalidade subjacente ao ato de fala.

Esta pragmática considera os usuários na situação de interlocução (relação usuário-usuário), mas é uma Pragmática que ainda gravita em torno de uma concepção de linguagem enquanto representação, sobretudo pelo relevo que dá à questão da informação (pela máxima da Quantidade) e da verdade (pela máxima da Qualidade).

2.2 Pragmática Illocucional: engloba a teoria dos atos de linguagem, desenvolvida inicialmente por Austin, depois retomada por Searle e um grande número de estudiosos.

Esta Pragmática considera também como fundamental a questão da *atuação do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte*. É,

portanto, uma Pragmática da relação locutor-ouvinte e a linguagem passa a ser vista como ação entre interlocutores.

Para Austin, a linguagem não é usada apenas para informar, mas para realizar vários tipos de ação. Dessa forma, desloca a tradição da semântica lógica, representacional de que o que interessa no significado das sentenças é o seu valor de verdade.

A grande contribuição de Austin (1962) foi distinguir, ao lado das enunciações constataivas (por ex.: “Chove”), reconhecidas tradicionalmente pelos filósofos, a existência das enunciações performativas (por ex.: “Prometo que virei”). Enquanto aquelas tratam do *dizer*, isto é, são usadas para falar sobre as coisas como constatar fatos, descrever estados, objetos, relatar ocorrências e podem ser qualificadas sobre o eixo do verdadeiro e do falso (se correspondem ou não à realidade referida), estas tratam do *fazer*, pois não podem ser definidas em termos de verdadeiro e falso, mas sobre o eixo felicidade/infelicidade. Produzir uma enunciação performativa é realizar uma ação pelo fato mesmo de proferir certas palavras (ex.: *prometer, agradecer, avisar, advertir, jurar*, sempre na 1ª pessoa presente do indicativo, voz ativa) Mas, para isso, é necessário que certas condições – condições de felicidade – sejam preenchidas:

- a) as circunstâncias e as pessoas envolvidas no ato devem ser apropriadas;
- b) as pessoas devem ter a intenção de assumir o comportamento implicado;
- c) a enunciação performativa acarreta certas conseqüências, como obrigações, sanções.

Se essas condições não forem preenchidas, o ato de enunciação será considerado infeliz e ocorrerão choques de naturezas diferentes. Austin os qualifica de *insucesso* (se por ex., o enunciado “Eu te batizo

Queen Elisabeth”, não foi proferido pela pessoa adequada e não foi acompanhado do ritual próprio a este ato – o de batizar um navio), de abuso (se, por ex, em “Prometo que virei”, o autor da promessa não tiver a intenção de a sustentar).

Austin percebeu, mais tarde, que o critério das propriedades definitórias (verdadeiro x falso, felicidade x infelicidade) utilizado para diferenciar atos de fala constataivos e performativos não resistia à análise, uma vez que:

- a) as enunciações constataivas apresentam certa dimensão performativa na medida em que ao constatarem (descreverem, relatando etc.) um estado de coisas, o fazem de um certo modo. Isto é, além da relação entre enunciação e estado de coisas representado, é importante considerar o modo como as palavras se referem às coisas; e esse modo é definido por uma convenção que é socialmente estabelecida. Assim, as enunciações constataivas servem também para estabelecer um modo de interação ou comunicação entre locutor e alocutário na medida em que pressupõe a crença deste;
- b) as enunciações performativas, por sua vez, também carregam uma dimensão constataiva, na medida em que, muitas vezes, necessitam ser avaliadas na escala verdadeiro/falso. Por ex., para um juiz proferir a sentença: “Declaro-o culpado”, é necessário que se leve em conta não só a forma do procedimento estabelecido pela convenção, como também o conjunto de fatos que descreve.

A percepção desses problemas colocam em xeque a oposição excludente entre enunciação performativa/enunciação constataiva, fazendo Austin buscar uma teoria mais explicativa dos atos de linguagem baseada numa distinção de níveis de estrutura dos fatos linguísticos. Procurando ver em que sentido “dizer algo” se torna “fazer

algo”, propõe distinguir três tipos de atos realizados pela atividade enunciativa:

- a) “dizer algo é, na plena acepção de dizer, fazer algo”; o que corresponde à execução de um ato locutório. Mais precisamente, o ato locutório se constitui de três atos: fonético, fático, rético. “O ato fonético é a simples produção de sons. O ato fático é a produção de vocábulos ou palavras, isto é, de sons de um certo tipo pertencentes a um vocabulário [...] e se conformando a uma gramática [...] O ato rético, enfim, consiste em empregar esses vocábulos em um sentido e com uma referência mais ou menos determinados (Austin, 1970, p. 109).
- b) a produção de um ato locutório acarreta automaticamente a de um ato ilocutório, isto é, “de um ato efetuado em dizendo algo” (p. 113). Nesse sentido, são atos ilocutórios, atos do tipo: colocar uma questão, responder, dar uma informação, enunciar um veredicto ou uma intenção, pronunciar uma sentença, fazer uma nomeação, um apelo, uma advertência, uma crítica, etc. O ato ilocutório caracteriza-se:
 - por descrever um aspecto não denotativo da significação (a que Austin, p. 113, chama *valor*) que é função do emprego da frase em um contexto de enunciação determinado;
 - pelo seu aspecto convencional. Para Austin (p. 115), cada ato ilocutório pode ser explicitado, parafraseado por uma fórmula performativa.
- c) “dizer algo torna-se fazer algo” tem, segundo Austin, ainda um terceiro sentido, decorrente de que “dizer algo provocará, muitas vezes, certos efeitos sobre os sentimentos, os pensa-

mentos, os atos do auditório ou daquele que fala ou de outras pessoas ainda" (p. 114). Trata-se do ato perlocutório que se distingue do ato ilocutório:

- pelo seu caráter não-convencional. Se “convencer” denota um ato perlocutório, isto é, as conseqüências ou efeitos de certas argumentações, o fato de se enunciar “eu o convengo que p” não garante a realização desse ato;
- por não se realizar dizendo (“in saying”), mas pelo fato de dizer (“by saying”): “pelo ato X (ilocutório) eu faço Y (um perlocutório)”.

Em relação aos ilocutórios, outra contribuição a ser mencionada é a de Searle (1969). Ao definir as condições de emprego dos atos de linguagem, ele se propõe a isolar-lhes o componente ilocutório. Chegando, com isso, a uma representação dos atos de linguagem, atribuindo e especificando-lhes uma força (ou valor) ilocutória.

Para Searle, na enunciação de uma frase, pelo menos três atos distintos são efetuados: o ato de enunciação, o ato proposicional e o ato ilocutório. Para especificar esses conceitos, considera os enunciados:

- (1) X fuma muito.
- (2) X fuma muito?
- (3) X, fume muito.
- (4) Que X fume muito.

Enunciar cada frase acima é realizar um ato de enunciação. Em

cada uma dessas frases, embora o enunciador realize atos diferentes – uma asserção, uma questão, uma ordem, um desejo – ele o faz a partir de um ato de natureza idêntica, pois, em todos eles, refere um indivi-

duo (X) e lhe atribui (predica) uma determinada propriedade (fumar muito). Isto é, os quatro enunciados têm a mesma referência e a mesma predicacão. O ato proposicional é esse ato de referir e de predicar.

Ao afirmar, colocar uma questão, ordenar, desejar, prometer, asseverar, etc., o enunciador estará realizando um ato ilocutório. Essa distinção entre ato proposicional e ato ilocutório vai possibilitar a Searle isolar o conteúdo proposicional de um ato de linguagem de seu valor ilocutório. Assim, os enunciados acima têm o mesmo conteúdo proposicional: “X fuma muito”, mas valores ilocutórios (ou força ilocucionária) diferentes: de asserção, de questão, de ordem, de desejo. Em português, os processos utilizados para marcar esta força ilocucionária seriam, por ex.: a ordem das palavras, a entoação, a pontuação, o modo do verbo, os verbos chamados “performativos”. O locutor pode indicar o tipo de ato ilocutório que realiza introduzindo suas frases com: “desculpe-me”, “declaro”, mas normalmente é o contexto que permitirá estabelecer a força ilocucionária da enunciação (p. 44).

Estendendo essa distinção entre conteúdo proposicional e valor ilocutório a todos os atos de linguagem, Searle concebe uma fórmula para representar a estrutura desses atos:

F(p)

Em que: – F é o marcador de força ilocutória que indica “a maneira pela qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucionária a atribuir à enunciação” (p. 43);

– p é o conteúdo proposicional.

De acordo com essa fórmula, os enunciados acima teriam respectivamente as seguintes representações semânticas:

- (1) Asserção (X fumar muito)
 (2) Questão (X fumar muito)
 (3) Ordem (X fumar muito)
 (4) Desejo (X fumar muito)

Esse conceito de ilocutório, desenvolvido por esses dois filósofos anglo-saxões, será retomada por Ducrot, Anscombe e, entre nós, Vogt.

2.3 Segundo Ducrot (1977, p. 285-6), o ato ilocutório, como todo ato, é uma atividade destinada a transformar a realidade. Essa transformação é de natureza jurídica. Isto é, todo ato ilocucional é um ato jurídico na medida em que coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores – locutor e destinatário, personagens do diálogo. Por ex., o ato ilocutório de perguntar tem como propriedade colocar o interlocutor na obrigação de responder (na medida em que o autor de qualquer ato ilocutório cria uma obrigação pela sua própria fala), e tornar o destinatário sujeito de uma obrigação.

Na realidade, conforme acrescenta Ducrot, não se trata de o locutor, pelo simples fato de enunciar falas, criar uma obrigação, mas de ter uma *pretensão* para criar uma obrigação. Essa concepção da natureza da transformação jurídica que se opera nas relações de comunicação, através do ato ilocucional, como “uma simples pretensão”, é que separa Ducrot da posição de Austin e de Searle para os quais “o ilocutório é uma transformação real do mundo”. Ducrot se opõe ao “juridismo realista” dos filósofos da linguagem, ao reconhecer:

– o caráter sui-referencial do ato ilocutório. Para Ducrot, não apenas os performativos são sui-referenciais, mas também todo ato *illocutório na medida em que “dizer que o enunciado E serviu para cumprir o ato ilocutório A, é implicar que no sentido mesmo de E, há*

uma alusão a E”. Ao estender o caráter sui-referencial a todo ato ilocutório, Ducrot quer dizer que todo ato ilocutório remete à sua própria enunciação, isto é, todo enunciado traz dentro de si uma qualificação de sua enunciação;

– a “intencionalização das transformações jurídicas”. Ducrot reconhece um caráter intencional fazendo parte da própria natureza do ato ilocutório. Isto é, os direitos e deveres colocados por um ato ilocutório são determinados “pela existência de uma intenção, ligada a esse ato ilocutório. Mas, esse universo de direitos e deveres criados pela enunciação do ato ilocutório e que o locutor gostaria de impor ao destinatário pode ser recusado por este, que o reduz assim a uma pura pretensão”. (p. 293)

Outra contribuição de Ducrot, agora juntamente com Anscombe (1976), diz respeito às relações entre os níveis sintático, semântico e pragmático. Esses autores são contra o estabelecimento de uma ordem linear entre esses três níveis, pois para eles,

há na maior parte dos enunciados certos traços que determinam seu valor pragmático independentemente de seu conteúdo informativo. E esses traços não podem ser sempre considerados como traços marginais [...] Trata-se, muitas vezes, ao contrário, de marcas imbricadas na estrutura sintática (p. 7).

Atendo-se às relações entre os níveis semântico e pragmático, analisam, por exemplo, a diferença de comportamento entre algumas conjunções (*já que, pois, entretanto*), que lhes permite defender uma interpretação ao mesmo tempo semântica e pragmática contra uma leitura linear que apreenderia primeiro o valor informativo dessas conjunções e das proposições por elas ligadas para introduzir, num segundo momento, uma leitura pragmática. Para eles,

a descrição semântica de um enunciado não se pode reduzir em qualquer nível que seja, a uma semântica informativa (a de Morris), mas [...] deve conter, desde a partida, indicações que concernem à utilização eventual deste enunciado para apoiar tal ou tal tipo de conclusão (p. 12-3).

Introduzem, assim, através da sua teoria da argumentação na língua (ANL), a noção de argumentação como um traço constitutivo de numerosos enunciados e a necessidade de, ao se descrever um enunciado desta classe, dizer que orientação ele traz – ou ainda – num sentido mais restrito, em favor de que ele pode ser argumento.

A argumentatividade é, segundo essa ótica, um valor pragmático que não deve ser considerado como derivado, mas como primeiro. Nesse sentido, a argumentação é concebida como um ato linguístico fundamental, ou seja, é um elemento básico, estruturante do discurso. E a noção de estrutura argumentativa, objeto daquilo que passa a denominar de *retórica integrada*, seria uma orientação interna dos enunciados para determinado(s) tipo(s) de conclusão(ões), orientação que está inscrita na própria língua e, portanto, não dedutível dos puros valores informativos.

Finalmente, Vogt (1983, p. 11), de filiação ducrotiana, também considera a linguagem como forma de ação. Ação dramática, teatral que não tem finalidade nem eficácia fora da sua própria representação; para ele,

o jogo de representações acionado pela atividade linguística põe a linguagem na cena de um espetáculo maior e mais complexo: o da história, da cultura e das máscaras sociais que, embora coladas ao nosso rosto, nem sempre sabemos o que significam e nem porque as portamos.

Privilegiando a noção de sentido linguístico visto como “função das combinações possíveis de um enunciado com outros enunciados

da língua” e também como “função das relações que um enunciado estabelece com outros enunciados pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo”, esse autor propõe um estudo macrosintático ou semântico-argumentativo da linguagem.

Conclusão

A Pragmática, não trabalhando o estritamente linguístico, mas deslizando para um terreno que o ultrapassa, permite “pensar os fenômenos linguísticos não apenas como língua mas como linguagem”, afirma Vogt. No entanto, foi justamente essa preocupação com fatores não propriamente linguísticos que a fizeram ser colocada por muito tempo à margem dos estudos da ciência linguística. À medida que a evidência desses fatores vai se impondo, vai ganhando corpo seu estatuto de disciplina linguística. A análise de seu percurso nos mostrou o gradativo deslocamento de uma semântica representacional, centrada na questão da linguagem enquanto representação da realidade e na questão da vericondicionalidade, para a noção de sentido que se constitui e se constrói cada vez mais levando em conta questões do uso, do contexto, da interlocução. Assumindo privilegiadamente a função interlocutiva da linguagem, a Pragmática hoje incorpora noções como heterogeneidade discursiva, dialogismo, polifonia. Coerente com uma visão de linguagem enquanto heterogeneidade, diversas também têm sido as suas práticas.

Referências Bibliográficas

ANSCOMBRE, J.C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. In LANGAGES n.º 42. Paris, Larousse, 1976, p. 5-27.

- ARISTÓTELES. *Rétorique* (Livre I) Tome Ier. (texte établi et traduit par M. Dufour). Paris. Les Belles Lettres. 1932.
- AUSTIN, J. L. *Quando dire e est'fazer*. Trad. de G. Lane. Paris, Seuil. 1970 [1962]. (Tit. original: *How to do things with words*).
- BLANCHET Ph. *La Pragmatique. D'Austin à Goffman*. Paris, Bertrand-Lacoste, 1995.
- DUCCROT, O. *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer*. Trad. de C. Vogt e outros. São Paulo, Cultrix. 1977 [1972] (Tit. original: *Dire et ne pas dire*).
- _____. "Illocutoire et performatif". In *Dire et ne pas dire*. Paris, Hermann. 2^{éd.} corrigée et augmentée. 1980, p. 279-305, [1977].
- EUJERD, R. *La pragmatique linguistique*. Paris, Nathan, 1985.
- GRICE, H. P. "Lógica e conversação". In Dascal, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da Linguística*, vol. IV. Campinas, edição do organizador. 1982, p. 81-103. [1968] (Trad. de "Logic and conversation").
- GUMARÃES, E. R. J. "Sobre alguns caminhos da Pragmática". In: *Sobre Pragmática*. Uberaba, MG, FUBE, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris, Bordas, 1990.
- MORRIS, Ch. *Fundamentos da teoria dos signos*. Trad. Milton J. Pinto. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca; São Paulo, EDUSP, 1976 [1938]. (Tit. original: *Foundations of the theory of signs*).
- RÉCANATI, F. "Le développement de la pragmatique". In *LANGUE FRANÇAISE* n.º 42. Paris, Larousse, 1975, p. 6-20.
- SEARLE, J. *Os atos de fala. Um ensaio de filosofia de linguagem*. Trad. C. Vogt e outros. Coimbra, Liv. Almedina. 1981 [1969]. (Tit. original: *Speech acts. An essay in the Philosophy of Language*).
- VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas, Hucitec-FUNCAMP 1980.
- _____. "Pragmática: o rosto e a máscara da linguagem". In: *Sobre Pragmática*, Uberaba, MG, FUBE, 1983.

ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO

MARIA ADÉLIA FERREIRA MAURO*

Embora o tema se enuncie de uma forma abrangente, não tenho a pretensão, nesse breve encontro, de efetuar o percurso exaustivo dos caminhos dessa discussão, particularmente, no interior de domínios que, historicamente, lhe são próprios, como a Retórica e, mais recentemente, as suas herdeiras a Nova Retórica, a Análise do Discurso e a Pragmática.

Eximindo-me do compromisso com essa reconstrução histórica das idéias, tomo, entretanto, como referencial, o *Tratado da Argumentação de Perelman* (1996) com o intuito de circunscrever as noções que possam orientar a análise do discurso argumentativo escrito: discurso produzido em situação com a finalidade de obter a adesão de um interlocutor. E no âmbito da Nova Retórica não é possível deixar de evocar a contribuição de Aristóteles para o resgate e a valorização da *lógica do verossímil* que, posta ao lado da *lógica da verdade*, vem a distinguir os dois campos de aplicação do raciocínio humano: o raciocínio argumentativo e o raciocínio demonstrativo. Neste, as premissas são verdadeiras (necessárias e permanentes) naquele, o ponto de partida do raciocínio humano está assentado em premissas verossímeis (prováveis e controversas)¹.

Essa divisão vem distinguin, assim, campos preferenciais de aplicação desses modos de raciocinar: a demonstração, no interior dos sistemas formais constituídos pelos lógicos, mediante a elaboração de uma

(*) Professora Doutora da Área de Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística, FFLCH/USP

(1) Essas considerações se apóiam nas formulações de Gilles Declercq. (cf. DECLERCQ, Gilles. *L'Art d'Argumenter. Structures rhétoriques et littéraires*. Paris, 1992, p. 31-40).

linguagem artificial e unívoca; a argumentação, no universo dos discursos construídos em linguagem natural e polisêmica, em situações de debate, de decisão e escolha (Perelman, 1996).

Portanto, se nos sistemas formais, a demonstração de um axioma se funda em proposições evidentes que em si mesmas já trazem implicadas a própria certeza, nos processos comunicativos, cuja finalidade é conseguir a adesão de um dado *auditorio*, a argumentação se baseia no caráter provável de opiniões. Ainda, se o raciocínio demonstrativo conduz a uma conclusão verdadeira e inescapável.

Todo homem é mortal.

Sócrates é homem.

Logo, Sócrates é mortal.

O raciocínio argumentativo conduz o *auditorio* a aceitar uma conclusão verossímil², como em

Sexta Feira, 13, agosto, é de fazer medo. Mas eu não tenho nada contra agosto, que sempre me tem tratado bem. Mas é preciso ter cuidado, porque é uma conjugação séria. Tenho muitas superstições. Até além da conta, mas nunca de agosto e gato preto. Já o mesmo não digo do 13. Podendo escrever 12, escrevo. É quase uma coisa instintiva, gesto de defesa, uma vacina contra possíveis males. Agora, que agosto é um mês que não ajuda a julgar bem as coisas políticas, isso é verdade. Janio e Gênio sofreram seus efêmeros. Collor teve o seu maior marítimo em agosto. Presidente, eu ouvia com receio as profecias

(2) Muito do que está sendo aqui apresentado deve-se às idéias de Perelman tanto na "Introdução" quanto na Primeira Parte, principalmente, no parágrafo 1 do seu *Tratado da Argumentação* (1996). São igualmente aproveitadas as idéias de Fábio Uhoa Coelho no "Prefácio" à edição brasileira do *Tratado*.

sobre o caos: 'Agosto vem aí... Vai ser agosto'. Mas os meus santos maranhenses me protegeram e protegem. Minha rotina não vai se alterar. Mas é bom dizer como aquele ateu: 'Sou ateu, graças a Deus' (FSP, A-2, 12/08/93).

Desse modo, diferentemente da demonstração, o raciocínio argumentativo se apresenta como menos coercitivo e mais pluralista. E, em sendo um raciocínio que se exercita na e através da discursividade, esse trabalho persuasivo não deixa de envolver também a dimensão intersubjetiva e, conseqüentemente, abre-se à influência dos fatores psicológicos, afetivos, sócio-culturais, ideológicos. Embora a subjetividade marque a natureza desses discursos persuasivos, a persuasão não renuncia à razão. A razão, segundo Perelman (1996), é usada para *dirigir nossa ação e para influenciar a dos outros*.

1. Argumentação e discurso jornalístico: o âmbito da opinião

A opção por analisar o processo argumentativo no campo do discurso jornalístico nos conduz, enquanto leitores assíduos da mídia impressa, a "visitar" o espaço da página editorial e de opinião – espaço discursivo que abriga a opinião da própria empresa jornalística (o editorial); a opinião dos vários segmentos da sociedade aí representados por seus porta-vozes (os artigos assinados); a opinião dos leitores (Cartas à Redação); a opinião do chargista político –. Em decorrência, a função dessa página é instaurar o embate de perspectivas diferentes e tornar pública a discussão das opiniões em confronto na sociedade, no momento.

Diante desse quadro enunciativo, polifônico e historicamente situado pode-se escolher por analisá-lo a partir da perspectiva do locutor/enunciador institucional – a voz do jornal –. Nesse caso, duas

alternativas se oferecem: a primeira, é a possibilidade de identificar os indícios de uma racionalidade que se mostra no procedimento de *composição e diagramação dos textos*, em sua seleção e na constituição do intertexto na página; outra, que se voltaria à análise do editorial enquanto um tipo de discurso argumentativo. A natureza argumentativa desse tipo de discurso se define tanto pela matéria da qual se ocupa quanto pelo método que subjaz e orienta o processo de sua constituição (Declercq, 1990).

É o que se pode observar, examinando um conjunto de editoriais publicados em dois jornais da imprensa paulista – O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo – no período da campanha eleitoral para Presidente do Brasil, no ano de 1989³. Aqui, o critério que preside a escolha dos temas preferenciais dos editoriais dizem respeito às ações dos homens: dos candidatos; dos políticos e seus partidos; dos homens da imprensa; dos membros do Executivo e de outros Poderes e instâncias; de representantes da sociedade civil, em síntese, são ações que os editoriais buscam levar o (e) leitor a escolher, a fazer, no caso, uma

Opção pela Modernidade (OESP, A-3, 10/12/89)

ou levá-lo a evitar a

Marcha Insensata Rumo ao Haiti (OESP, A-3, 06/06/89)

(3) Para análise e exemplificação, vali-me dos editoriais que constituem o *corpus* de minha pesquisa individual. O conjunto dos textos (88 editoriais), repartidos pelos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, abrangem os eventos da campanha eleitoral para Presidente, a eleição e a instalação do novo governo, no período compreendido entre junho de 89 a junho de 90. Desse conjunto, "recortei" aqui, para análise e exemplificação, um subconjunto referente aos eventos da campanha eleitoral no 1º turno, de junho a outubro de 1990.

Outro critério que permite identificar a marca da argumentação presente nesse tipo de discurso é o caráter controvertido e contingente dos objetos que se oferecem à deliberação (Declercq, 1990, p. 32). Nesse aspecto, o editorial aproxima-se bastante do que afirma Aristóteles a respeito da natureza da argumentação: *Nous ne deliberons que sur les questions qui sont manifestement susceptibles de recevoir deux solutions opposés; (...)* (livre I, 2, 1357^a, 4-7).

Esse caráter polémico se enuncia, no contexto da página editorial, quando se confrontam os títulos dos editoriais que sinalizam perspectivas diferentes na apreciação de um mesmo acontecimento, no caso, a avaliação sobre o período político-administrativo que se inicia com a vitória de Collor em 1989:

Novo desafio (FSP - A-2, 03/12/89)

Um novo tempo (OESP - A-2, 03/12/89)

Ou, constitutivamente, o próprio discurso "trabalha" essa controversia, em seu interior, através da técnica argumentativa da refutação, como se pode verificar nos fragmentos (3) (3a) adiante citados.

Portanto, o editorial, ao escolher como matéria o campo das relações sociais e políticas, caracteriza-se como um espaço discursivo privilegiado para o exercício da deliberação, da discussão e da argumentação.

E como método? Como procede o locutor institucional (o jornal) para empreender esses percursos de reflexão, cuja finalidade é levar o seu interlocutor a decidir-se por uma das candidaturas?

Antes que se fale em método, porém, uma condição prévia se impõe: a necessidade da existência de um acordo intelectual, de um contato dos espíritos, de uma relação intersubjetiva. Ou seja, é em

função de um auditório, definido por Perelman como o conjunto daquelas que o orador quer influenciar com sua argumentação, que um 'orador' desenvolve o seu raciocínio discursivo.

Portanto, o conhecimento do auditório, tanto de suas paixões quanto de suas crenças e ideologia, é condição prévia de qualquer argumentação eficaz. E só conhecendo aqueles dos quais se pretende a adesão que o locutor pode selecionar os procedimentos e os recursos argumentativos adaptados a esse auditório. Mas quem é esse público? Quais suas convicções, quais são suas opiniões, valores, crenças, ideologia?

É desvelando os procedimentos e os recursos argumentativos selecionados pelo locutor na construção do discurso que a imagem desse público vai transparecer.

Um desses procedimentos diz respeito à escolha do tipo de premissa que vai ser utilizada como ponto de partida para o desenvolvimento da argumentação.

2. O ponto de partida da argumentação

Examinando sobre quais premissas os editoriais assentam o seu raciocínio, observa-se que, independentemente do tipo de objeto escolhido para estabelecer o acordo com seu público, o locutor/enunciador formula tais premissas, tendo em vista os conhecimentos e as representações presumidamente admitidas.

Esses conhecimentos pressupostos que interligam os participantes do jogo argumentativo – no caso, o jornal e o (e) leitor – alicerçam-se sobre as presunções partilhadas a respeito do quadro político brasileiro; as presunções sobre o quadro partidário e candidaturas, particularmente, a da campanha eleitoral de 1989; as presunções relativas às normas que presidem o processo eleitoral numa sociedade de-

mocrática; as presunções comungadas a respeito da função da imprensa no debate político; as presunções de que os fatos e temas postos em perspectiva despertam interesse...

Assim pressupondo o partilhamento desses conhecimentos e representações, o locutor/enunciador introduz as premissas que servirão de base à construção de seu raciocínio. Nos editoriais analisados, é o fato como premissa – e este quando enunciado converte-se em verdade – que é utilizado como ponto de partida do raciocínio argumentativo. Em sendo fato não pode ser contraditado, e a adesão a ele só pode ser a de um auditório considerado na sua universalidade (Perelman, 1996):

(1) A 29 de julho, o Estado e o Jornal da Tarde publicaram reportagem de Edmar do Reina, enviado especial da Agência Estado a Maceió, na qual se fazia menção a projeto de lei de autoria do então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, reclassificando servidores e permitindo o acesso ao funcionalismo de pessoas sem concurso público. O repórter apurou que o projeto, transformado na Lei nº 4.691, aprovada graças ao esforço da bancada governista na Assembleia Legislativa de Alagoas, no último dia de 1987, terminou por beneficiar não muitas pessoas. Entre esses privilegiados, figuram nove parentes diretos do ex-governador, 19 familiares de sua mulher, Rosane Malta Collor, oito membros da família do então líder da bancada governista, Cleto Falcão, 11 parentes de Antônio Holanda, à época secretário da Saúde do Estado, sete de Afrânio Vergetti, então secretário da Agricultura, e dez de Moacir Andrade, atual governador e, na ocasião, fiel vice-governador do próprio Collor (OESP, A-3, 02/08/89).

Aqui, as evidências trazidas a público pela investigação jornalística tem um claro objetivo argumentativo: as proposições enunciadas, particularmente aquelas sinalizadoras de lugares da quantidade são ele-

mentos de prova suficientemente fortes para “quebrar” a imagem do candidato e estão a exigir resposta.

Portanto, é importante que se note que as premissas que expressam fatos não são apenas utilizadas para preparar o raciocínio, como acontece nessa parte introdutória do editorial:

(2) *A troca de acusações entre o ministro da Justiça, Oscar Corrêa, e o candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, é o resultado até certo ponto previsível de uma campanha em que expectativas de moralização surgem como a pedra de toque para a conquista do respaldo popular (FSP, A-2, 13/07/89).*

Se em (2) o fato entrou apenas como suporte para a argumentação, as premissas que expressam fatos, podem já se constituir como uma prova da argumentação, como já se observou no fragmento (1) e novamente aqui em (3), em articulação com (3a):

(3) *O candidato do PMDB à Presidência da República, deputado Ulysses Guimarães, começou sua campanha eleitoral fazendo um comício no Cine Palácio, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba. No cinema, ao lado do candidato a vice, Waldir Pires, o presidencialável deu uma entrevista coletiva, sábado, à tarde, comparando a situação do Brasil à do Haiti, considerando o país mais pobre do Ocidente, “sobrevivendo nas áreas de saúde, educação de outros indicadores sociais (OESP, A-3, 06/06/89).*

Não é possível refutar os elementos postos pela narração que traz à presença do (e)leitor a persona política e sua fala e o cenário do acontecimento: em sendo um acontecimento público, não há como apagá-lo. Resta, assim, ao (e)leitor, mesmo que discorde do ponto de

vista do locutor/enunciador acompanhar, caso queira, o raciocínio que subverte a pretensa verdade contida na fala do candidato, alvo da crítica do editorial. Ou, cabe-lhe ainda, não aceitar a refutação, argumentando que houve um aproveitamento indevido ou tendencioso daquela “fala”:

(3a) *Na comparação infeliz, o candidato mostrou por que a analogia é o mais simples e também o mais arriscado dos argumentos de retórica. Com mais de 140 milhões de habitantes, a oitava economia do mundo ocidental e um sistema industrial capaz de produzir mercadorias em volume e qualidade competitivos no comércio internacional, o Brasil tem poucos pontos comuns com o Haiti, com cerca de cinco milhões de habitantes e com renda per capita anual de US\$ 360,00. De US\$ 2.422,00, a renda do Brasil é mais de seis vezes maior.*

Em termos de indicadores econômicos, felizmente, o Brasil, que o Dr. Ulysses pretende presidir, ainda está bastante distante do Haiti (...) (OESP, A-3, 06/06/89).

Se os fatos como premissas são caracteristicamente os pontos de partida escolhidos para o desenvolvimento do raciocínio, há também as premissas que sinalizam uma argumentação sobre valores:

(4) *Sejam quais forem os desdobramentos do quadro sucessório a partir de agora, é importante notar que uma das principais vantagens da democracia é precisamente a de permitir um aperfeiçoamento constante do debate político. Se este, no encontro dos candidatos, refletiu bastante da perplexidade e da indifferencição programática dos que dele participaram, não resta dúvida de que, bem ou mal, a experiência política e a cultura democrática do país vivem, nos dias de hoje, um processo de discussão crescente – e, para além dos sobressaltos, das frustrações e dos episódios consertadores que se manifestam no curto prazo, eis um aprendizado que deve ser feito a todo custo (FSP - A-2, 07/11/89).*

(5) (...) Caso opte pela democracia eleitoral, não será mais possível conviver com as seitas que pregam a violência desestabilizadora da democracia. Se, ao contrário, escolher a permanência dos grupos radicais no interior do partido, sua participação no processo eleitoral não passará de uma farsa deletéria e irresponsável (OESP - A-3, 17/08/89).

Concretamente vinculados às personas e grupos políticos, aos eventos postos em perspectiva por ambos os locutores institucionais, tais valores são utilizados para exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada (Perelman, 1996, p. 84). Enunciados de forma explícita ou não tais valores não deixam de exprimir os valores dominantes, particulares de certos grupos, pondo à mostra o seu caráter ideológico. Embora conformes à opinião de certos grupos particulares, tais valores não deixam de ser utilizados, em ambos os jornais, como se fossem valores comungados por todos. Ao se impor um valor, não se está deixando de reconhecer, no processo discursivo, a existência de outros valores em oposição. No combate à posição contrária defendida pelo oponente, há que se reconhecer o valor a que ele dá primazia, para melhor combatê-lo. A oposição se faz de dentro da própria ideologia contrária.

Assim, inúmeras noções ou significações se prestam à expressão desses valores. No conjunto dos editoriais considerados, tais significações sinalizam o embate político de correntes ideológicas e se estruturam em torno de determinada noção mais geral.

Nos editoriais do ESP, tais noções constituem campos léxico-semânticos que se organizam em pares dicotômicos: o antigo e o moderno; a utopia e o realismo (pragmatismo). Em torno desses itens, podem ser agrupadas as significações que expressam os valores preferíveis e os prejudiciais ao bem estar coletivo. No processo contra-argumentativo instaurado nesses discursos, o locutor institucional se identifica com os valores do preferível que estão ligados ao moderno e ao

realismo (pragmatismo), opondo-se explicitamente àqueles que defendem valores "prejudiciais" ligados ao antigo e à utopia. Além do lugar da qualidade de onde avalia positivamente os valores que advoga, utiliza, ainda, quanto aos valores, o 'lugar do passado e do presente', a fim de dimensioná-los.

Desta forma, são considerados antigos, ultrapassados, retrógrados e vivendo na utopia os adversários que cultivam esses valores prejudiciais ao bem estar coletivo, quais sejam: "moldes mentais que vêm do passado"; "a tendência terceiro mundista"; "xenofobia em relação ao capital e à tecnologia do exterior"; "o grevismo exagerado"; "a má administração pública"; "as ilusões utópicas do socialismo"; "a defesa do modelo estatizante-planificador"; "a salvaguarda do regime comunista como um todo"; "o populismo do trabalho herdado de Vargas"; "as velhas crenças socialistas e populistas"; o "caudilhismo político".

Portanto, ao criticar os valores que orientam a práxis política dos adversários, o locutor institucional não deixa de contrapor a esses, os valores os quais julga serem úteis e preferíveis para o bem estar coletivo naquele momento. Coloca-se, assim, ao lado dos que acreditam num modelo político-econômico moderno, real, pragmático e liberal. Partilha, junto com outros segmentos da opinião pública, da convicção de que: "as ilusões utópicas do socialismo só podem ser combatidas pelo realismo quase didáticos dos processos eleitorais livres e abertos"; "a questão do estatismo versus privatização não é um falso problema"; "o nepotismo, a corrupção, os desperdícios fã administração pública, a política tradicional são práticas que devem ser negadas".

Assim, nos editoriais do ESP, a argumentação revela uma visão pragmática, realista e "moderna" desse locutor. Esta visão parece se sustentar na crença de que os problemas da Nação e do Mundo não podem ser debatidos exclusivamente sob a ótica da ideologia: a

modernidade, na percepção desse locutor, orienta-se para o “novo”, abandonando “velhas utopias”... Ao se constituir como um locutor que se coloca orientado para a modernidade, não deixa de construir, por contraposição e implicitamente, o modelo desejável e preferível de regime político-econômico.

Já os editoriais da FSP defendem de forma programática a função do Estado – um valor concreto –, como

(6) (...) *instrumento de regulação da política econômica e como agência de justiça social e redistribuição de renda* (...). (FSP, A-2, 27/07/89).

mas combatendo, por outro lado, a postura daqueles que identificam automaticamente.

(7) (...) *estas funções com a obrigatoriedade de uma participação direta do Estado no setor produtivo* (FSP, A-2, 26/07/89).

Esse locutor/enunciador institucional assume uma postura “liberal”, não deixando, porém, de dar destaque à necessidade de o Estado garantir a “justiça social” e a “redistribuição de renda”, aspectos estes não manifestamente expressos na posição moderna, pragmática e liberal assumida pelos editoriais do ESP.

Esta concepção da função do Estado, entre outros aspectos, se apóia em valores também concretos, que se explicitam na seguinte asserção desse locutor institucional:

(8) *A democracia é o instrumento da mudança, e a forma de obtê-la, com um mínimo de consenso, pressupõe, entretanto, o debate, a disputa de interesses, o confronto de soluções e alternativas* (FSP, A-2, 03/10/89).

E a mudança, em sendo um desses valores, exige segundo o locutor, *soluções concretas e corajosas – de uma radicalidade e de uma abrangência que sejam capazes de redefinir por completo o perfil do Estado e da sociedade* (FSP, A-2, 03/10/89).

É analisando, portanto, os valores que embasam esses editoriais que se pode identificar as marcas de subjetividade aí emergentes. Marcas que sinalizam a presença de pontos de vistas distintos sobre o mesmo referente – a campanha, os partidos e os candidatos – e também de um modo de representar a relação interlocutiva – o locutor institucional (Nós, o jornal) e o Outro, (o (e) leitor e os oponentes do jogo argumentativo).

A relação interlocutiva estabelecida com o oponente, nos editoriais do O ESP, se dá como um embate de opiniões em confronto como se vê em (3) e (3a). O discurso do adversário e sua imagem política são demolidos pelo locutor que situa tal adversário no campo oposto aos dos valores que julga preferíveis: modernidade, pragmatismo e liberalismo....

Nos editoriais da FSP, não há esse procedimento argumentativo-refutativo estabelecendo o jogo polifônico. Os candidatos não são “adversários” com quem o locutor polemiza, mas são apenas interlocutores a quem se dirige, exigindo respostas e predispondo-os a uma ação, no sentido da “linha programática” desejada. E diferentemente dos editoriais do ESP, nos quais se observa a “individualização” de cada um dos candidatos e partidos com quem esse locutor polemiza, nos editoriais da FSP, o locutor se dirige genericamente aos candidatos, sem individualá-los:

(9) (...) *o que dizem os candidatos à Presidência? O que pretendem, o que priorizam, o que sabem alguns autodenominados liberais, que recusam diante do cerne de todo um modelo estatizante*

e, aos pobres dedicam apenas condolências e demagogias
(FSP, A-2, 03/10/89)?

Além desse interlocutor, interno ao próprio discurso argumentativo, está o Outro, extraposto a essa interação – o (e)leitor. Este é sempre referido de modo genérico e concebido em sua universalidade pelo locutor. Essa concepção do (e)leitorado como um auditório universal é uma estratégia: consciente da heterogeneidade dos grupos que constituem o eleitorado brasileiro e consciente das críticas que faz aos oponentes e pressupostamente, aos seus partidários, os locutores, estrategicamente, buscam trazer esse eleitor para a posição que defendem... Assim, procuram agrandar as possíveis dissidências, valorizando a inteligência desse presumível leitor pela estratégica separação deste do grupo-alvo da crítica do jornal, com a qual presumivelmente poderia estar afinado no momento. A estratégia permite que se reconheça, implicitamente, a qualidade do discurso e dos valores sustentados pelo jornal como só aqueles que podem estar à altura das expectativas desse (e)leitor. A qualificação que o jornal confere ao seu discurso e aos seus valores é transferida, por sua vez, ao (e)leitor que é movido a se integrar a essa maioria de opinião.

São, portanto, os valores que introduzem a subjetividade no processo argumentativo; enquanto os fatos e verdades, e as presunções reforçam o componente objetivo (lógico) desse mesmo processo.

Considerações finais

Na discussão que se fez sobre a questão do método no processo argumentativo, centrou-se a atenção, particularmente, no procedimento de escolha das premissas que servem de ponto de suporte à argumentação. *Distinguir-se, nesse momento, os objetos de acordo funda-*

dos no real (os fatos e verdades; as presunções) e no preferível (os valores; os lugares), permitindo reconhecer que tal seleção implica a identificação, nos editoriais em exame, do componente objetivo e subjetivo da argumentação.

À guisa de conclusão, restaria estender algumas considerações a respeito desses *objetos de acordo* e tipos de estruturas argumentativas encontradas nos editoriais analisados.

Assim, como *lugares argumentativos* preferenciais nesse tipo de discurso jornalístico, observa-se, pelo menos, a presença de duas estruturas argumentativas características: uma, de natureza empírica; outra, de natureza coercitiva.

A argumentação empírica está fundamentada na experiência observada ou vivida. Segundo Robrieux (1993, p. 127-128) esse tipo de argumentação tem como objetivo a explicação do real ou mesmo a recriação do mundo segundo certos esquemas. Nos editoriais examinados, a base empírica é fortemente sentida, particularmente, no conjunto dos editoriais do ESP. Aqui, *a explicação do real* é construída mediante argumentos que repousam sobre os fatos e a causalidade e argumentos que jogam com a confrontação de realidades.

Os fatos – seu estabelecimento e interpretação – constituem as provas lógicas dessa argumentação, embora se reconheça *que se alguns são incontestáveis outros são suscetíveis de interpretações diferentes, portanto, passíveis de contrariedade* (Robrieux, 1993). Nos editoriais, em análise, muitos são os fatos apresentados como evidência: desde um fragmento de discurso do oponente até a batalha dos dados estatísticos e das pesquisas de opinião... Tudo é utilizado no debate político, segundo as necessidades de uma estratégia argumentativa.

Os argumentos baseados na confrontação de realidades, no caso, a confrontação entre uma pessoa e seu ato, muito utilizados nesse conjunto de editoriais do ESP, objetiva desqualificar o adversário (*argumento ad personam*), mostrando a incoerência dos seus atos e afirma-

ções em relação à sua pessoa, ou, inversamente, fazendo um julgamento positivo do ato e da pessoa (argumento de autoridade). É bom que se diga que a utilização desses dois tipos de argumentos revelam, muitas vezes, a tendenciosidade do locutor.

Quanto aos argumentos empíricos que *recriam o mundo segundo esquemas* – no caso, “a utopia socialista” em contraponto “ao modelo da livre iniciativa” – tais argumentos apóiam essa recriação no princípio da indução: do caso particular para o geral. Partindo dos argumentos indutivos, no caso, – o exemplo e o modelo – esses argumentos são utilizados nesses editoriais como estratégia de refutação. A apresentação de uma *persona política* tida como exemplo de competência política e modelo de homem público (cf. fragmento 3, 3a) é feita de forma a “retorcer” essa imagem em proveito de uma estratégia argumentativa. O objetivo dessa estratégia é a apresentação polêmica dessa *persona política* como um contra-exemplo e um contra-modelo. Essa argumentação indutiva está associada a um raciocínio analógico que empresta à argumentação uma tonalidade pedagógica.

A argumentação empírica também está presente no conjunto dos editoriais da FSP. Mas poder-se-ia dizer que o lugar argumentativo preferível desse locutor é o da argumentação coercitiva que se estrutura em torno dos valores, dos lugares-comuns e das perguntas dialéticas. Segundo Robrieux, esse modo de argumentar visa persuadir não pelas *vias racionais, mas forçando o interlocutor ou o público no terreno dos valores pressupostamente partilhados, ou aproveitando-se de sua in experiência dialética* (Robrieux, 1993, p. 155). Nos editoriais da FSP, os valores defendidos por esse locutor são elevados à condição de verdade, quase tendo o mesmo papel dos axiomas de uma demonstração. E dessa forma são apresentados como sendo válidos e aceitos por todos... Ainda, segundo o mesmo autor, o recurso a uma argumentação fundada nesses valores de referência são recursos que evitam o debate, fogem da polémica. No caso, a *argumentação desenvolvida por esse*

locutor parece ter como objetivo a exaltação do momento político então vivido – o “louvor” à democracia, aos debates livres... E não são apenas os argumentos estruturados sobre os valores que se prestam a conduzir o interlocutor ao terreno da coerção (ou do engano): as perguntas puramente dialéticas caminham nesse sentido (cf. fragmento 9 acima). E nesse sentido, caminham também os argumentos estruturados sobre os lugares-comuns.

Ao ressaltar a importância das estruturas argumentativas fundadas nos valores, lugares-comuns e perguntas dialéticas não se quer dizer que tais tipos de argumentos estejam ausentes dos editoriais do ESP. Nesses editoriais, a estratégia argumentativa do locutor faz emergir os valores, a partir do uso de estruturas argumentativas de natureza empírica – argumentos fundados nos fatos e na confrontação de realidades –. Nos editoriais da FSP, a preferência, já de partida, pelas estruturas argumentativas reconhecidamente fundadas nos valores é que constitui o cerne da argumentação.

Se ambos os jornais argumentam no domínio da política, os pontos de partida e as estruturas argumentativas sinalizam propósitos e modos de argumentar distintos. A preferência do locutor institucional dos editoriais do ESP por fatos e estruturas argumentativas de natureza empírica, indutiva evidenciam um propósito argumentativo que é o de promover o seu interlocutor – o (e) leitor – à posição de deliberar e optar por uma determinada ação. E para isso, enfrenta o debate e age persuasiva e pedagogicamente... Já o locutor dos editoriais da FSP, ao mostrar sua preferência por valores e estruturas argumentativas neles fundados, sinaliza um propósito argumentativo que é o de despertar a disposição do leitor para a ação. Assim, o discurso argumentativo que constrói não se situa no âmbito da deliberação, mas no âmbito dos discursos epidícticos, pelo seu “lado otimista e incensador” (Perelman, 1996, p. 57).

Portanto, os modos de argumentar podem identificar, no âmbito do discurso opinativo, duas vias concorrentes, ou seja, *razão e vontade*.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Rhetorique*. Livre 1. Trad. De M. Dufour, Paris, Les Belles Lettres, 1967.
- DECLERQ, G. *L'Art d'Argumenter. Structures rhétoriques et littéraires*. Paris, Éditions, Universitaires, 1992, p. 7-96.
- PERELMAN, CH. & TYTECA-OLBRECHTS, L. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*, prefácio Fabio Ulhoa Coelho. Trad. De Maria Emmanuina Galvão G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 15-111.
- ROBRIEUX, J.-J. *Éléments de Rhetorique et d'Argumentation*. Paris, Dunod, 1993, p. 97-178.

Título	RETÓRICAS DE ONTEM E DE HOJE
Editor de Arte	Eliana Bento da Silva Amantuzzi Barros
Diagramação	M. Helena G. Rodrigues
Arte-final e capa	Erbert Antônio da Silva
Revisão	autores / Ana Maria Alvares
Divulgação	Humanitas Livraria – FFLCH/USP
Mancha	11,5 x 19 cm
Formato	16 x 22 cm
Tipologia	Goudy Old Style BT
Papel	off-set 75 g/m ² e cartão branco 180 g/m ²
Impressão da capa	Marron Brasil e Preto
Impressão e acabamento	Gráfica – FFLCH/USP
Número de páginas	201
Tiragem	500